PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Graduação em Administração - FEA/PUC-SP

SUSTENTABILIDADE

Desafio 3 - ALIMENTO



Disciplina Sustentabilidade 1s 2019 Turma: ADM-NB9 Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara

Alunos: Antonio Nardi, Arthur Villar e Thauan Fonseca

2020 1s SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - A FOME E A INSEGURNAÇA ALIMENTAR. O PAPEL	
DA FAO NO MUNDO4	
1.1 - Impactos da Fome no Brasil e Insegurança Alimentar	
1.2 - Panorama dos impactos da fome no Brasil	
1.2.1 - As causas da fome no Brasil 5	
1.2.2 - Insegurança alimentar 6	
1.2.2.1 - Conceito de Insegurança Alimentar	
1.3 - Caminhos e propostas da FAO para enfrentar os Desafios 1	1
CAPÍTULO II - A QUESTÃO DA FOME NO BRASIL 10	6
2.1 - História da Fome no País	6
2.1.1 - Fome no Brasil no Período Colonial	7
2.2 - A Fome nas Diferentes Regiões do País	1
2.3 - Papel do Governo e a Sociedade na Erradicação	4
CAPÍTULO III - A FOME E AS SOLUÇÕES IMPLEMENTADAS 23	8
3.1 - Possíveis Soluções para o Problema: Programa Fome Zero e Bolsa Família 2	8
3.1.1 - Programa Fome Zero	8
3.1.2 - Bolsa Família	0
3.1.3 - Condicionalidades do Programa	0
3.2 - Apoio de empresas Privadas afim de combater a fome	2
3.2.1 - Responsabilidade empresarial na erradicação da fome	2
3.3 - Visão para os próximos 10 anos: Fome x População Brasileira 3	5
3.3.1 - Impactos dessa tendência política e social do extrema-direita	5
3.3.2 - Impactos da pandemia e da crise econômica	6
3.3.2.1 - Outros impactos da pandemia	8
CONCLUSÃO4	0
REFERÊNCIAS	1

INTRODUÇÃO

De acordo com as informações e dados da Organização das Nações Unidas (ONU), fome zero e agricultura sustentável é a segunda das ODS, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Sendo que, as ODS são compostas de 17 de objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030 pelos países membro da ONU.

Esta ODS tem como macro objetivo acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Como exemplo de algumas das metas, podem ser citadas as cinco primeiras.

-Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

- Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
- Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
- Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

5.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

5.b corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

5.c adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

CAPÍTULO I - A FOME E A INSEGURNAÇA ALIMENTAR. O PAPEL DA FAO NO MUNDO

1.2 - Impactos da Fome no Brasil e Insegurança Alimentar

1.2 - Panorama dos impactos da fome no Brasil

Mesmo com os avanços sociais, econômicos, ambientais e econômicos, atualmente no Brasil a fome ainda é um problema que atinge um vasto número de famílias. A fome provem da falta de alimentos, condições de consumo, desequilíbrio econômico-social e até mesmo fatores ambientais, como por exemplo, a escassez e falta de nutrientes em uma terra., clima; seca; inundações; terremotos; pragas de insetos e as enfermidades das plantas.

Em definições mais profundas, pode-se dizer que a fome é o nome que atribuímos quando um indivíduo tem a sensação de falta de alimentos para que possa executar suas atividades e funções corporais básicas; inerentes à vida. Na história da humanidade, grande parte da população mundial passou por períodos de fome constantes, como por exemplo nas duas guerras mundiais ou em tempos de adversidade climática. Em muitos casos, o fato da população se encontrar faminta gerou escassez e ineficiência na oferta de alimentos.

Segundo os números publicados pela FAO em 2018, no entanto, o número de pessoas que sofrem de fome crônica tem aumentado nos últimos três anos. Isso é tanto como uma porcentagem da população mundial quanto, em termos absolutos, com cerca de 821 milhões

de pessoas aflitas de fome em 2017. A grande maioria dos famintos do mundo continua a viver na Ásia, grande parte do aumento da fome desde 2015 ocorreu na nos continentes da África e na América do Sul. Ao olharmos para o Brasil e os números que incidem no nosso pais, temos uma situação preocupante e, que muitas vezes, a grande maioria da população não percebe. Cerca de 280 a 290 por dia. É o que corresponderia, de acordo com o Unicef, a dois Boeings 737 de crianças mortas por dia.

Em paralelo podemos fazer uma comparação com um antigo levantamento sobre o acesso da população a alimentos e outros bens de consumo foi o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), de 1974/75. A partir de seus dados, foi possível avaliar que 42% das famílias brasileiras (8 milhões de famílias), ou cerca de 50% da população da época, equivalente a 46,5 milhões de pessoas, consumiam menos calorias que o necessário.

Ao analisarmos os fatos, é possível perceber que a fome não é um problema novo no Brasil, e muitos programas foram criados e mantidos ao longo da história da nossa nação, como por exemplo, o programa Fome zero criado em 2003 afim de combater a fome no país. Este será destrinchado a miúdes no capítulo três a fim de explicarmos como o programa gerou benefícios para a população brasileira como um todo.

Podemos dizer que fome e pobreza andam em paralelo e, no Brasil, como temos uns altos índices sobre os dois aspectos, podemos assimilar a relação de causa e consequência de uma ser para com a outra. Tanto no Brasil como ao redor do mundo os grupos de pessoas mais vulneráveis à fome são: crianças até 5 anos; mulheres grávidas e em período de amamentação, e populações em situação de extrema pobreza e que habitam países em desenvolvimento.

1.2.1 - As causas da fome no Brasil

Como problema raiz da fome no Brasil e relacionado a pobreza, podemos citar o fato de que vivemos atualmente, em pleno século 21 em desigualdade social. O Brasil é o pais com solo fértil, propicio para a agricultura, o maior em extensão de terras na América Latina. De acordo com uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010 o índice era de 11,2 milhões de brasileiros famintos. O alimento é um direito de todos, mas diante de uma sociedade que vive em desigualdade social, o este direito é removido dos que mais necessitam, podendo levar estes ao ponto de miséria total. De acordo com o mesmo órgão em pesquisa no ano de 2017 (IBGE), 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre.

Ao comparar os níveis de pobreza no país por estados e capitais, o destaque – em uma percepção negativa – as Regiões Norte e Nordeste com os maiores valores sendo observados no Maranhão (52,4% da população), Amazonas (49,2%) e Alagoas (47,4%).

Em todos os casos, a pobreza tem maior incidência nos domicílios do interior do país do que nas capitais, o que está alinhado com a realidade global, onde 80% da pobreza se concentram em áreas rurais. A situação é ainda pior quando olhamos os climas que incidem na região nordeste do país e o estado dos solos, muitas vezes não nutritivos e férteis para a geração da agricultura sustentável. O salmorão é o tipo de solo menos fértil. Este possui textura arenosa e uma quantidade significativa de nível de acidez. É um solo constituído a partir da decomposição de rochas graníticas e gnaisses claros. Encontra-se, principalmente, no Centro-Sul do Brasil.

1.2.2 - Insegurança alimentar

1.2.2.1 - Conceito de Insegurança Alimentar

Podemos definir o conceito de Insegurança alimentar como a falta de acesso e disponibilidade de alimentos para a população como um todo. Uma família que não tem acesso regular à alimentação se uma família não tem acesso regular e permanente à alimentação, em quantidade e qualidade adequadas, ela está em situação de insegurança alimentar.

A situação pode ser crônica ou transitória e o acesso pode ser limitado a algum momento do ano, devido à falta de dinheiro e outros recursos.

A situação econômica de uma família está diretamente relacionada à insegurança alimentar, existindo principalmente em países pobres e em desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a insegurança alimentar afeta a 52 milhões de brasileiros atualmente.

❖ Ao redor do mundo - Níveis de insegurança alimentar no Brasil.

A questão da alimentação não se resume apenas a ter comida na mesa ou não, ela também envolve a qualidade, procedência e elaboração dessa comida. Não se trata apenas de comer, mas de comer bem. A privação de comida, fome severa e a obesidade são a ponta de um iceberg muito maior do que temos noção.

A falta de nutrientes básicos como ferro, vitamina A e iodo são crescentes. Bilhões de pessoas sofrem atualmente as consequências do modelo de alimentação fast food, que danifica saúde e aumenta os casos de doenças como diabetes, colesterol alto, hiperatividade infantil, por exemplo. Cada vez mais pessoas são empurradas a comprar produtos baratos e menos

nutritivos. Embora a situação de insegurança alimentar no Brasil tenha diminuído com o auxílio de programas federais, a falta de qualidade do alimento é um problema exponencial, que gera muita preocupação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a obesidade como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. A projeção é que, em 2025, cerca de 2,3 bilhões de adultos estejam com sobrepeso, e mais de 700 milhões, obesos.

No Brasil, números da pesquisa Vigitel 2014 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) indicam que mais da metade de população está acima do peso (52,5%) e, destes, 17,9% são obesos.

A fome e a obesidade são dois lados da mesma moeda: um sistema alimentar que não funciona e condena milhões de pessoas à má nutrição. De acordo com o relatório O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação 2013, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 870 milhões de pessoas no mundo passam fome, enquanto 500 milhões têm problemas de obesidade.

❖ Estado de Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI)

A SOFI, o Estado da Segurança e Nutrição no mundo, é um relatório publicado anualmente pelas instituições FAO (Organização da Alimentação e a Agricultura), OMS (Organização Mundial da Saúde), PMA (Programa Mundial de Alimentos) e Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), e tem como objetivo a comunicação e o esclarecimento dos principais avanços e desafios da segurança alimentar e nutrição alimentar.

Esse relatório apresenta diferentes indicadores, onde podemos acompanhar nossa trajetória e performance dentro da agenda 2030, onde temos como focos o desenvolvimento sustentável e a fome zero. Tratando sempre dos avanços globais, mas também especificando a nível de regiões, continentes e países.

Além de ser um relatório onde temos desenhado nossos avanços globais no combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional, o SOFI é uma importantíssima ferramenta de conscientização e de toma de decisões governamentais. Visto que ela é desenvolvida para diversos públicos, incluindo lideranças governamentais, instituições e também ao público geral.

Os principais indicadores e desafios que podemos encontrar no SOFI, são relacionados com a insegurança alimentar, fome, obesidade entre outros. Também são feitas análises de impactos de fatores não essencialmente ligados a fome, como por exemplo variações

climáticas, agricultura, variações econômicas e sociais. Destacaremos a seguir alguns dos principais pontos discutidos nos últimos SOFI de 2018 e 2019.

Principais pontos SOFI

> Nanismo:

O nanismo é um transtorno caracterizado por uma deficiência no crescimento, que pode afetar homens e mulheres. Dentre as causas das doenças, temos doenças crônicas, endócrinas, respiratórias, renais, uma deficiência hormonal, síndromes genéticas e por último, mas não menos relevante a desnutrição. No relatório do SOFI de 2018 foi indicado que 151 milhões de crianças são afetadas pela doença no ano de 2017. Aqui no Brasil temos um cenário nebuloso e pouco explorado, em relação ao nanismo. Onde não temos números precisos da quantidade de pessoas que sofrem do transtorno, o que evidencia a baixa preocupação e reflete o esquecimento e desrespeito da sociedade brasileira com essas pessoas.

Em 2019 foi constatado que o número de crianças com até 5 anos havia caído 10% nos últimos seis anos, o que mesmo sendo uma notícia boa, não qualifica como avanço significativo. Visto que temos um grande desafio de diminuir pela metade o número de crianças afetas.

> Obesidade:

A obesidade é defina como uma doença caracterizada pelo excessivo acúmulo de gordura corporal e normalmente está associada a problemas de saúde, comprometendo ainda mais o estado do indivíduo. A obesidade ainda é um fator de risco para várias doenças. Podemos relacionar a obesidade à insegurança alimentar nos países e ao mesmo tempo relaciona-la a ao excesso de oferta de comida para uns e a falta para outros. Dentro desses dessas visões distintas do fator obesidade é que o SOFI trabalha.

Esse desafio é visto como desafiador visto que os números nos últimos anos só vêm crescendo, tendo em 2016 um total de quase 2,5 bilhões de pessoas com obesidade. Além de que a indústria alimentícia, mesmo com algumas iniciativas políticas públicas como limitação de publicidade e rótulos nutricionais detalhados, vem crescendo junto aos níveis de obesidade e consumismo. Além disso, temos números assustadores como o que 33% de

adultos e adolescentes estão acima do peso, ou que quase metade de crianças de 5 a 9 anos também estão acima do peso.

A evolução da obesidade no Brasil situa-se dentro do corrente processo de transição nutricional no país. Nesta perspectiva, intensas transformações no panorama alimentar brasileiro são evidenciadas há anos como crescimento dos níveis de obesidade na polução. Causado pela urbanização e seu impacto nos padrões de alimentação e atividade física, dessa forma é evidente maior preocupação nas áreas urbanas do nosso país, visto que é afetado por tendências de fazer menos atividades físicas e ao mesmo tempo onde há maior oferta de comidas de baixo valor nutricional e alto valor calórico.

Declínio econômico:

O declínio econômico também conhecido com recessão econômica está relacionado diretamente aos níveis de segurança alimentar e fome dos países. De maneira com que países subdesenvolvidos ou que apenas estão sofrendo com recessões, passem refletir tal situação no contexto mais afetado, que seria da população mais pobre. Consequentemente aumentando índices de fome e acesso a comida de qualidade. Isso se deve a diminuição do poder de compra da população como um todo, afetando indiretamente a alimentação das famílias.

A prática cotidiana prova que a competitividade nas transações comerciais facilita a criação das novas barreiras econômicas. Nunca é demais lembrar o peso e o significado destes problemas, uma vez que a constante divulgação das informações faz parte de um processo de gerenciamento do impacto na agilidade decisória. Assim mesmo, a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do acesso a comida. Evidentemente, o desafiador cenário globalizado prepara-nos para enfrentar situações atípicas decorrentes das condições inegavelmente apropriadas.

Apontado pelo SOFI, temos que 80% dos países onde as repercussões adversas das desacelerações econômicas, dependem de exportações ou importações de produtos primários. Dessa forma é gerado um aumento na desigualdade perante a tal cenário e consequentemente aumento nos índices de desnutrição e insegurança alimentar.

Dentro deste contexto podemos prever que com essa paralização, oriunda da pandemia do COVID-19, pode afetar os níveis de fome nos países e mais uma

vez afetando principalmente os países mais pobres. O diretor do PMA, David Beasley, advertiu que frente a esse cenário estaremos sujeitos a uma pandemia de fome. Porém ao mesmo tempo podemos observar um fenômeno de "solidariedade" dos governos, buscando garantir o mínimo financeiramente para que famílias mais afetas tenha acesso a alimentação básica. Esse fenômeno reflete também na sociedade que se mostrou preocupação com so mais afetados e resultou em maior solidariedade com um maior aumento de doações e mobilizações contra a fome.

➤ Fome - A fome prove da falta de recursos alimentares a população e pode ser causada por diferentes causas incialmente citadas. Em 2018, estimado em 820 milhões de pessoas que sofrem com a fome, temos um cenário de pouco melhora nos últimos anos e que vem sido afetado e alavancado por diferentes fatores no decorrer dos anos.

Dentre as regiões mais destacadas no relatório temos a região africana, que segundo estudo centraliza 55% da pobreza mundial. Onde possuímos índices de 20% da população com desnutrição em um continente com 1,2 bilhões de pessoas.

Dentre os fatores ligados a fome, temos o desperdício de comida que afeta, segundo o SOFI, 50 milhões de crianças por exemplo. Além que o número de pessoas famintas, ou seja, em um nível de acesso muito restrito a comida, vem crescendo lentamente.

Podemos citar as mudanças climáticas ou até mesmo desastres naturais, afetando os níveis de fome no mundo. No mundo atual, o aumento do diálogo entre os diferentes setores produtivos minimiza as possibilidades por conta da reação esperada no curto prazo. O cuidado em identificar pontos críticos na estrutura atual governamental possibilita uma melhor visão global das medidas a serem tomadas em tal situação. Entretanto principalmente nos países subdesenvolvidos e agilidade e interligação não se prepara para situações como essas, de maneira com que o impacto oriundo desses desastres ou mudanças tornasse exponencialmente maior.

O setor agrícola principal responsável pela produção alimentos em todo o mundo é analisado e tradado no relatório juntamente aos pilares de mudanças climáticas, efetividade e sustentabilidade. É um setor onde podemos encontrar gigantes proprietários agrícolas, mas ao mesmo tempo é formado também inúmeros pequenos produtores, e normalmente tem condições precárias de vida e baixa margens de lucro.

Responsável pela produção de alimentos e também pela geração de emprego ao trabalhador rural, o avanço e desenvolvimento agrícola está entre as prioridades e é considerado um caminho da erradicação da fome para a OMS.

Dessa forma, por ser uma centralidade na questão da fome, os impactos climáticos em cima da agricultura são refletidos na fome e segurança alimentar de todo o mundo. Assim esses impactos ao meio ambiente, em específico o clima e solo onde é cultivado, são fatores de preocupação dentro do Plano 2030.

Em cima disso, é proposto a ideia de agricultura sustentável que nada mais é uma agricultura onde há o atendimento de toda a demanda quantitativa e qualitativa de alimento no planeta terra. Ao mesmo tempo impactando socialmente e economicamente a sociedade que está envolvida. E por fim, mas não menos importante, reduzindo ao máximo os impactos ao meio ambiente gerados pela agricultura, como por exemplo, os compostos químicos colocados no solo, economizando a quantidade de água utilizada, desmatamento de florestas, falta do uso de agro energia.

Falando especificamente da agricultura no Brasil, é uma das mais importantes atividades da economia brasileira, responsável por quase R\$100 bilhões em volume de exportações, juntamente com a pecuária. Os principais produtos são a soja, cana-de-açúcar, café, milho, laranja, algodão, mandioca, arroz, cacau e tabaco. Infelizmente aqui no Brasil, em contrapartida da proposta da FAO, temos um cenário que só tende a piorar, onde existe um incentivo governamental e regulatório para utilização de pesticidas e agrotóxicos, além vista grossa feita em relação ao desmatamento de florestas que vem batendo recordes nos últimos meses.

1.3 - Caminhos e propostas da FAO para enfrentar os Desafios

A Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) é uma agência das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para derrotar a fome. A organização conta com 194 estados membros e trabalha em mais de 130 países em todo o mundo, com tamanha magnitude faz – se de suma importância destrinchar a respeito da FAO e como suas formas de atuações em tal objetivo tão nobre podem contribuir para erradicação da fome e a formação de uma sociedade mais sustentável.

A FAO possui três principais objetivos, são eles:

- Erradicar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição;
- Erradicar a pobreza e fomentar o progresso económico e social para todos;

• Gerir e utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incluindo a terra, a água, o ar, o clima e os recursos genéticos, em benefício das gerações presentes e futuras.

Para alcançar não somente esses três principais objetivos, mas também sua visão como organização, a FAO atua através das seguintes estratégias.

Eliminar a Fome, a insegurança alimentar e a má nutrição

Segundo a organização, o mundo produz comida suficiente para alimentar adequadamente todos os seus habitantes, contudo, devido a alguns fatores e apesar do progresso já realizado, 870 milhões de pessoas ainda sofrem de fome crónica. Nesse sentido, a estratégia da FAO é apoiar os membros nos seus esforços para promoverem a segurança alimentar e nutricional adequada para assegurar que as pessoas tenham acesso regular a alimentação e qualidade suficiente.

> Tornar a Agricultura, a Silvicultura e as Pescas mais Produtivas e Sustentáveis

Para a FAO, o crescimento do setor agrícola (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca) é uma das formas mais eficazes de reduzir a pobreza e alcançar a segurança alimentar.

Redução da Pobreza Rural

As pessoas com menos recursos ao redor do mundo estão localizadas em áreas rurais, onde não possuem muito acesso a recursos básicos que chegam das grandes capitais. Prover apoio principalmente para tais áreas onde há tal concentração de pessoas com menos recursos é uma das estratégias da FAO para alcançar seus três principais objetivos.

➤ Aumentar a resiliência dos meios de Subsistência face a Catástrofes

Sociedades que já possuem grandes dificuldades de sobrevivência também estão expostas a demais riscos, como por exemplo terremotos, maremotos, furações, pestes e ações até mesmo orquestradas por seres humanos como por exemplo um golpe de estado ou uma guerra civil.

Um recente exemplo de forte atuação da FAO frente a tais catástrofes é o apoio dado a África Oriental que além de ser afetada por choques ligados a mudanças climáticas e conflitos, a população vem sofrendo com a invasão de gafanhotos.

Tendo em vista a proposta da FAO como agência das Nações Unidas e esclarecidos seus objetivos, torna – se evidente a importância da organização ao combate a fome no Brasil e as diversas formas que a instituição pode atuar no país. No Brasil, a FAO possui quatro prioridades, são elas:

Prioridade 1: Segurança alimentar. O direito à alimentação adequada e saudável, de forma permanente e sustentável

Segundo a FAO, foi articulado pela Política de Segurança Alimentar e Nutricioanl (SAN) que o maior desafio da segurança alimentar hoje é o acesso à alimentação adequada e saudável, que seja dada de forma permanente e sustentável. Tal desafio diz respeito a institucionalização e a gestão do Sistema Nacional de SAN (SISAN) com a missão de fortalecer o direito humano à alimentação adequada através de programas e ações públicas. Contudo, a consolidação das formas de proteção, respeito, provimento e exigibilidade do direito à alimentação não se faz trivial. Torna – se ainda mais complexa se for vista qualitativamente como a promoção de uma alimentação adequada e saudável.

A criação de um amplo programa de educação alimentar que contemple e incentive hábitos alimentares mais saudáveis se faz de fundamental importância. Para tanto, é preciso fortalecer os instrumentos de regulação no Brasil. Isso deve ocorrer dentro do contexto de uma política de abastecimento alimentar fundamentada em alimentos frescos, produzidos localmente, a menor custo, mais qualidade e diversidade. A FAO pode apoiar também a implementação do Tratado Internacional de Recursos Fito-genéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), internalizando o tratado por meio de instrumentos legislativos que fortaleçam mecanismos e outros aspectos institucionais para cumprir com o Sistema Multilateral de Acesso e Repartição de Benefícios, e que promova os Direitos dos Agricultores.

- Objetivo 1.1 Alimentar e nutrição (PNSAN), garantindo a eficácia do Direito Humano à alimentação adequada.
- ➤ Objetivo 1.2 Estratégias e metodologias específicas desenvolvidas e implementadas para a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição (SISAN) e da Política Nacional de Segurança.
- ➤ Objetivo 1.3 Plataforma institucional da agricultura familiar e da aquicultura, através da formulação e execução de programas para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis.

❖ Prioridade 2: Cooperação Sul-Sul: Consolidação de uma plataforma de Cooperação Sul-Sul para a Segurança Alimentar, Agricultura, Pesca, Pecuária, Florestas, Mudanças Climáticas e Desertificação

A riqueza da experiência brasileira nessas áreas reforça o protagonismo internacional do Brasil nos fóruns que discutem essas questões. Identificada a necessidade por meio de entrevistas, sistematiza as experiências de sucesso e boas práticas encontradas nos níveis federal, estadual, municipal e na sociedade civil que auxilia na disseminação de excelentes práticas brasileiras para demais países. As novas experiências de cooperação triangular formam uma linha importante dessa nova plataforma a ser construída assim como a criação de um planejamento que pense a cooperação sul-sul nessas áreas a longo prazo.

- Objetivo 2.1 Boas práticas, lições aprendidas e casos emblemáticos sistematizada nas áreas de mandato da FAO.
- ➤ Objetivo 2.2 Iniciativas de cooperação entre a Coordenação Geral de Ações Interministerial no Combate à Fome e ações humanitárias.
- Objetivo 2.3 Acordos de cooperação entre a Agência Brasileira de Cooperação e a FAO.

Prioridade 3: Superação da Extrema Pobreza: Qualificação, Organização e Avaliação da Agricultura Familiar e da aquicultura familiar

Para a consolidação de tal objetivo é importante melhorar a efetividade das políticas públicas brasileiras de redução da pobreza e provisão de serviços públicos. Como a maior parte das populações alvo desse programa está nas regiões rurais do Norte e Nordeste brasileiro, há uma grande intersecção com a agenda do desenvolvimento rural e da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, há um objetivo claro de empoderamento das mulheres na promoção da agricultura familiar e de organização e qualificação das famílias para que seus produtos possam ter um maior impacto na cadeia comercial, ou seja, faz se necessário promover a organização econômica da agricultura e aquicultura familiar e fortalecer sua articulação para ampliar sua participação na estrutura econômica do país e com isso reduzir a pobreza de modo sustentável.

Objetivo 3.1 Melhoria das políticas públicas e programas governamentais que promovam uma maior inclusão produtiva rural das populações mais vulneráveis no Brasil.

- ➤ **Objetivo 3.2** Contribuições técnicas para o monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva reforçada.
- ❖ Prioridade 4: Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Alterações Climáticas e Desertificação: Introdução de uma matriz de produção agroecológica para a sustentabilidade social e ambiental

Segundo a FAO, os resultados em termos de país são evidentes quando se trata da gestão sustentável dos recursos naturais na agropecuária ou pesca ou no setor de florestas. A agenda da mudança do clima e do combate à desertificação concretiza-se em estratégias produtivas para a adaptabilidade aos efeitos das mudanças do clima e a novos mecanismos de gestão produtiva que usam informações meteorológicas. A promoção da agricultura de baixo carbono, a adoção de uma matriz de produção agroecológica para a agricultura familiar, o uso sustentável das florestas e de outros recursos naturais como a pesca (combinada com a aquicultura), etc. estão entre os temas identificados como relevantes.

- Objetivo 4.1 Políticas públicas e programas para a gestão sustentável dos recursos florestais, pesca e aquicultura no contexto das alterações climáticas e desertificação reforçada.
- ➤ **Objetivo 4.2** Estratégias produtivas de mitigação e adaptação à mudança climática promovida.
- ➤ **Objetivo 4.3** Experiências demonstrativas sobre gestão sustentável das florestas, pescas e aquicultura, fomento.
- ➤ **Objetivo 4.4** Estudos e iniciativas-piloto para a utilização de biocombustíveis e tecnologias de energia renovável.
- ➤ **Objetivo 4.5** Experiências de demonstração para a gestão integrada dos recursos hídricos, recursos costeiros e da biodiversidade.

Dentre estas prioridades, atividades de aspectos marginais para consolidação de tais prioridades são de suma importância para FAO. Para analisar suas estratégias, são feitas pesquisas periodicamente.

Em julho de 2019, a organização divulgou números do seu relatório conjunto das Nações Unidas, *O Estado da insegurança alimentar e nutricional no Mundo em 2019*. O relatório demonstra que nos últimos cinco anos (2014-2018), a subnutrição vem aumentando no mundo todo, principalmente graças aos incrementos na África e – em menor medida – na América Latina.

Segundo o relatório da FAO, na América Latina e no Caribe, as taxas de subnutrição vêm aumentando nos últimos anos, principalmente como consequência da situação na América, onde a porcentagem de pessoas com fome aumentou de 4,65%, em 2013, para 5,5%, em 2018.

A América do Sul concentra a maioria (55%) das pessoas que sofrem de subnutrição na região, e o aumento observado nos últimos anos se a pesar de a deterioração da segurança alimentar na República Bolivariana da Venezuela, onde a iseria s s da subnutrição aumentou quase 4 vezes, desde 6,4%, entre 2012-2014, até 21,2% no período de 2016-2018.

A elevação significativa da insegurança alimentar nos últimos anos coincide com o período de recessão do país, uma vez que a inflação alcançou quase os 10 milhões percentuais e o crescimento do PIB real piorou, indo dos 3,9% negativos, em 2014, para 25% negativos aproximadamente, em 2018.

Em contraste, a porcentagem de subnutridos na América Central (6,1%) e no Caribe (18,4%) têm diminuído desde 2013, a pesar dea pesar de ainda apresentarem números superiores aos da América do Sul (5,5%).

"Durante os primeiros 15 anos deste século, a América Latina e o Caribe cortaram a subnutrição pela metade. Mas, desde 2014, a fome vêm aumentando.", disse o Representante Regional da FAO, Julio Berdegué.

CAPÍTULO II - A QUESTÃO DA FOME NO BRASIL

2.1 - História da Fome no País

Para elencar maneiras e propostas viáveis para erradicação da fome ou, até mesmo, tratar a comida de uma forma mais consciente, faz – se de fundamental importância explanar e analisar o histórico da fome no Brasil. Entender onde se iniciou tal questão e como foi o processo até os dias atuais.

Segundo João Luiz da Silva e Alcindo José de Sá, em *A Fome no Brasil: Do Período Colonial até 1940*, o processo de desnutrição no Brasil remonta seu processo histórico-político da formação da economia, com suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o século XIX, com íntima relação com a prioridade do mercado exportador de matéria – prima, como açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café sobre o mercado interno que inclui a mandioca, feijão e milho e da concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários.

Contudo, outros autores refutam que a questão da fome tenha surgido ainda no período colonial e só teriam fontes através dos primeiros estudos sistematizados sobre os hábitos alimentares da população brasileira que começaram a surgir a partir do século XIX, por meio das teses apresentadas às faculdades de medicina existentes até então.

Dessa forma, serão apresentados o contexto que a população do período colonial enfrentava e elucidar com mais detalhes a partir da independência do país.

2.1.1 - Fome no Brasil no Período Colonial

De acordo com Magalhães (2004), existiam dois níveis populacionais de consumo, a do europeu e a do povo. O primeiro importava tudo de que necessitava, enquanto a segunda categoria, correspondendo à camada majoritariamente pobre, sofria restrições alimentares. A população do litoral como, por exemplo, Salvador, alimentava-se basicamente de farinha de mandioca, mariscos e peixes. Havia tempos de esterilidade em que a fuga para os campos se apresentava, praticamente, como único recurso para não se morrer de fome. Dos matos extraíam-se a raiz do caravatá, o fruto da comari, uns coquinhos denominados aquês, a raiz do cipó macuna. As folhas de mandioca cozida, conhecida como maniçoba, também, tinham ampla serventia nessas circunstâncias.

Ao final do século XVII e início do século XVIII, houve 25 anos de fome no Brasil e outros dois terços de carestia e penúria. A essência de tal problema encontrava – se nas relações entre o grande produtor mercantil e a produção para o abastecimento interno. O comércio colonial oferecia rendimentos muito mais elevados, assim acabava que os pequenos agricultores não conseguiam obter certa demanda (ROCHA e GUEDES, 2006).

Para a historiadora brasileira Maria Yedda Linhares (1979), as causas da escassez de alimentos no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX se devem fundamentalmente por conta de quatro fatores:

- 1. Por causas naturais como as secas, as pragas que destruíam as colheitas, os imprevistos climáticos, a fome e as doenças epidêmicas que afetavam a população;
- Por conta da existência da concorrência desfavorável entre as agriculturas de subsistência e a exportadora voltada para os mercados internacional e inter-regional, determinando uma diminuição da produção de alimentos;
- Aspectos oriundos do surgimento de mercados mais rentáveis para o agricultor comercializar seus produtos, levava a retirar seus gêneros do comércio local, transferindo-o para outro mais atrativo;

4. Recusa por parte do lavrador de plantar gêneros além das suas próprias necessidades familiares, por causa dos empecilhos institucionais que lhe eram impostos para a comercialização desses gêneros, custo de transportes, lucros de intermediários, impostos, licenças para venda de produtos e burocracia fiscal.

Com a abolição da escravatura e a expansão demográfica, processos que ocorreram do final do século XIX ao começo do século XX em simultâneo com a difusão do modo de produção capitalista no mercado interno acabaram surgindo uma série de mudanças no sistema produtivo e na estrutura de classes do país.

No início do século XX, a fome acompanhava sobremaneira todo o processo de urbanização e industrialização que o país passava na época, sobretudo a partir de 1930 as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil, notou – se a emergência do processo simultâneo de descoberta científica da fome e da criação da prática profissional em Nutrição (criação dos cursos para formação do nutricionista) e de instituição da política social de alimentação e nutrição.

Em tal contexto, tendo em vista as dificuldades e as precárias condições de vida da classe trabalhadora denuncias e estudo em tais campos poderam ser expostas e amplamente divulgadas. Por exemplo, em 1932, Josué de Castro, ao realizar um estudo sobre as condições de vida de famílias operárias do Recife, observou que o consumo alimentar, à base de açúcar, café, charque, farinha, feijão e pão, fornecia apenas cerca de 1.645 calorias; custava cerca de 71% do valor do salário; era pobre em vitaminas e sais minerais e gerava alta mortalidade e baixa esperança de vida. Os resultados desse estudo tiveram ampla divulgação nacional, provocando a realização de estudos similares, inclusive daquele que serviu de base para a regulamentação da lei do salário mínimo.

Portanto, no decorrer do Estado Novo (1937-1945), a partir da instituição do salário mínimo, da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social e da Comissão Nacional de Alimentação, entre outras intervenções estatais amplamente difundidas e iniciadas na época registrou-se a emergência da política social de alimentação e nutrição, denotando que o Estado brasileiro procurava se aparelhar e promover mecanismos para que se pudessem tomar providências necessárias.

É notório que juntamente com o processo de urbanização e industrialização do país (rápido por sinal) crescia também as doenças nutricionais relacionadas a miséria, à pobreza e ao atraso econômico, representadas pela desnutrição.

Contudo com o crescimento económico e o esforço de modernização da agricultura brasileira acabaram afastando a preocupação com a disponibilidade de alimentos. Desde a década de 50, a produção agrícola passou a crescer em ritmo superior ao aumento da população. No final dos anos 60, a agricultura e a pecuária cresceram aceleradamente (5,1% e 2,3% ao ano, respectivamente, para o período 1967-1970) e, no período seguinte, 1971-1976/1977, acabam atingindo seus maiores níveis de crescimento na história: 5,5% e 6,3% para agricultura e pecuária.

O fator fundamental para a agricultura no período foi a política de crédito rural subsidiado. O resultado foi a rápida expansão da fronteira agrícola, o que demandou, uma rede de estradas e corredores que permitissem escoar a produção agrícola para o mercado. Assim, embora a produção agrícola fosse suficiente para atender às necessidades nutricionais mesmo levando em consideração a crescente exportação de produtos agrícolas e que a parte da distribuição estivesse sob controle do poder público, os preços dos alimentos continuavam elevados e a questão da fome já se destacava na realidade brasileira associada à questão da carestia dos alimentos e à inflação.

No início da década de 90, o governo do então presidente Fernando Collor de Melo reestruturou os órgãos e instrumentos de políticas ligados à saúde e nutrição, extinguindo políticas como os programas de suplementação alimentar dirigidos a crianças menores de 7 anos, e enfraquecendo outras, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Alimentação do Trabalhador e o Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) (Valente, 2001). Segundo Valente, a única questão positiva no período foi a utilização de estoques públicos de alimentos para Programas de Alimentação, uma reivindicação antiga de técnicos para reduzir as perdas dos estoques, originando o programa de distribuição de cestas básicas para a população atingida pela seca do Nordeste, em 1990.

Os anos 90 é marcado pela ampla mobilização da sociedade civil em torno do tema da fome e da miséria, impulsionada pela mobilização pela ética na política, resultando na tentativa de implantação, pela primeira vez, de uma política de combate à fome no País. As iniciativas de partidos políticos da oposição, como o Partido dos Trabalhadores, ao elaborar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e apresentá-la ao governo federal, e o engajamento da sociedade em torno da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Como resultado dessa mobilização, foi criado, em maio de 1993, na gestão Itamar Franco, o Consea, vinculado diretamente à Presidência da República e com a participação de organizações não-governamentais.

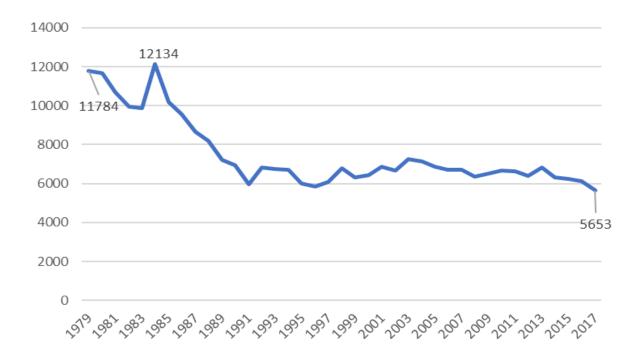
Posteriormente, o principal programa lançado pelo Governo para o combate a fome no país foi o *Programa Fome Zero*, lançado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em substituição do *Programa Comunidade Solidária*, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, para o enfrentamento da fome e da miséria no país.

Programa Fome Zero foi criado com o intuito de combater a fome e as suas causas estruturais, que acabavam por gerarem a exclusão social e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros em três frentes:

- 1. Conjunto de políticas públicas;
- A construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Multirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios.

O programa se apresentou eficaz, tendo em vista que nos períodos de 2000-2002 e 2004-2006, a taxa de desnutrição no Brasil reduziu de 10,7% a menos de 5%. Segundo a ONU, o "Fome Zero" foi o primeiro passo dado para acabar com a fome.

Mas ainda assim o problema é intrínseco na sociedade brasileira, abaixo é demonstrado o gráfico do DATASUS do número de mortos associados à desnutrição no Brasil de 1979 a 2017.



2.2 - A Fome nas Diferentes Regiões do País

Embora esteja mais radicado em determinadas regiões, o problema existe em todo o país. O Nordeste é a região do Brasil onde esse problema é mais grave, seguindo-se a região Norte. No Maranhão, mais de 60% da população passa por dificuldades para de alimentar em condições. Segue-se Piauí, Amazonas e Pará. Em situação grave, o Acre é o estado que mais se destaca. No que respeita às zonas, o problema da fome incide em 6,3% na zona rural contra 3,1% detectado na zona urbana.

Segundo o relatório internacional "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo", feito em 2018 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a FAO, a parcela da população brasileira que vive em estado de miséria, é de aproximadamente 5,2 milhões de pessoas, aproximadamente 2,5% da população. Especialistas diagnosticam estagnação em investimentos para brecar a fome. Caso de José Graziano da Silva, ex-ministro do governo Lula e criador do Fome Zero.

Analisando o território geográfico brasileiro, estudos apontam que o Norte e o Nordeste concentram a maior parte da população que não se alimenta direito e passa fome. Cerca de 12 anos atrás, o geógrado Josué de Castro lançou a obra "A Geografia da Fome" e constatou alguns fatos:

- A falta de alimento para essas regiões estava diretamente ligada a falta de fertilidade dos solos das regiões Norte e Nordeste, condições naturais propicias para o desenvolvimento da produção agrícola.
- 33,2% dos 25,4 milhões de pessoas que já a 12 anos atrás passavam fome nas regiões, tinham uma renda mensal familiar de até ¼ do salário mínimo.
- Sob a mesma amostra dos 25 milhões de brasileiros, 55% viviam já naquela época em estado de insegurança alimentar.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) é uma versão adaptada da produzida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos durante a década de 90. Ela vem sida aplicada pelo IBGE desde 2004 – a pesquisa mais recente diz respeito a 2013 – e, em 2019, serão divulgados os dados referentes a 2017 e 2018. Ao aplicar a Ebia, é possível classificar os lares de acordo com o grau de segurança alimentar, ou seja, se existe uma situação de conforto ou de medo e risco de ficar sem comer.

GRAU1



SEGURANÇA ALIMENTAR

Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades especiais. Não há preocupação quanto ao acesso de alimentos no futuro

GRAU 2



INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE

Preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos devido a trocas de produtos para não comprometer a quantidade de alimentos que será ingerida

GRAU 3



INSEGURANCA ALIMENTAR MODERADA

Redução da quantidade de alimentos entre os adultos ou ruptura nos padrões de alimentação devido a falta de alimentos, mas a alimentação de crianças é preservada GRAU 4



INSEGURANCA ALIMENTAR GRAVE

É a redução da quantidade de alimentos entre as crianças ou quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos. A fome propriamente dita

Fonte: MDS OGLOBO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alertou na terça-feira (23) para a persistência da fome e da pobreza em "territórios esquecidos" dentro de países da América Latina e Caribe. O Nordeste brasileiro foi citado pela agência da ONU como exemplo de região que sofre com esses problemas, apesar dos avanços econômicos e sociais do Brasil.

A pesquisa, mostra que o Brasil tem 229 municípios onde mais de 40 milhões de pessoas vivem em condições de extrema pobreza e insegurança alimentar. No levantamento, aparecem 1.975 cidades de 14 países.

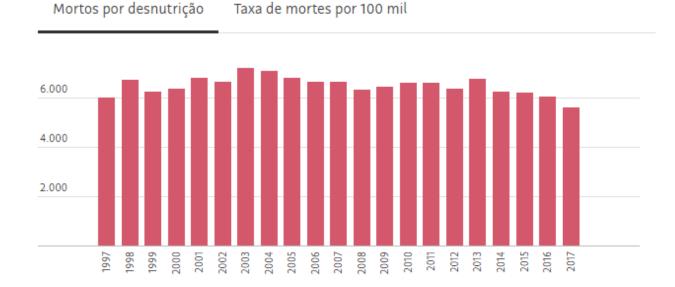
Ainda conforme o relatório da agência da ONU, metade dessas pessoas (20,9 milhões) mora no campo. A outra metade está nas capitais e cidades pequenas. Quase um em cada cinco habitantes é indígena ou afrodescendente. O levantamento também mostra que 20%

dessas famílias são comandadas por mulheres. Segundo a FAO, uma das explicações para que uma determinada região ou lugar sofra uma situação de desigualdade territorial são os problemas vinculados ao déficit de estado, cidadania e mercado.

A FAO propõe algumas propostas para sanar o problema mencionado acima:

- Objetivo 4.1 Políticas públicas e programas para a gestão sustentável dos recursos florestais, pesca e aquicultura no contexto das alterações climáticas e desertificação reforçada.
- Objetivo 4.2 Estratégias produtivas de mitigação e adaptação à mudança climática promovida.
- ➤ Objetivo 4.3 Experiências demonstrativas sobre gestão sustentável das florestas, pescas e aquicultura, fomento.
- Objetivo 4.4 Estudos e iniciativas-piloto para a utilização de biocombustíveis e tecnologias de energia renovável.
- Objetivo 4.5 Experiências de demonstração para a gestão integrada dos recursos hídricos, recursos costeiros e da biodiversidade.

O gráfico abaixo nos mostra o número de mortos por desnutrição no Brasil. No ano de 2017, aproximadamente 15 pessoas morriam por dia de desnutrição alimentar. Tivemos em nosso país um acumulado de 5.653 pessoas que morreram por desnutrição alimentar.



2003-2004 - Lançamento do Fome Zero e do Bolsa Família 37% das mortes em 2017 ocorreram no Nordeste

Fonte: DataSus

Quando olhamos para a taxa de mortes a cada 100 mil pessoas, o gráfico que DataSus nos gera é este.



2003-2004 - Lançamento do Fome Zero e do Bolsa Família 37% das mortes em 2017 ocorreram no Nordeste

Quando analisamos que 37% das mortes ocorreram no Nordeste brasileiro em 2017, percebemos que mesmo com a criação do programa Fome Zero e o Bolsa Família, em 2003/2004, mesmo com a queda nos números, ainda temos uma situação extremamente preocupante nesta região brasileira.

2.3 - Papel do Governo e a Sociedade na Erradicação

Quando falamos do papel do governo e da sociedade na erradicação da fome podemos separar suas ações em 3 formas, as duas primeiras seriam ações individuais do governo e sociedade e a terceira forma seria onde ambos os agentes atuando juntos. É notório que a maioria das iniciativas totais conta tanto com ações políticas e ao mesmo tempo com mobilizações populares, sendo essas iniciativas com maior impacto, engajamento e aceitação popular.

Papel do Governo:

Para abordamos inicialmente a atuação do governo, é importante passar por seus deveres, descritos no CESCR, O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

- 1. **Respeitar:** significa que o Estado não pode, em nenhuma circunstância, tomar qualquer ação que prejudique ou restrinja o acesso da população ao alimento.
- 2. **Proteger**: determina que o governo realize medidas de fiscalização e proteção, no sentido de assegurar que as ações de empresas ou de pessoas físicas não estejam privando os indivíduos a terem acesso adequado à comida.

- 3. **Completar**. Essa responsabilidade se ramifica em duas linhas:
- Facilitar: o Estado é responsável por promover políticas públicas que incentivem a população a utilizar recursos que garantam a sua subsistência.
- **Prover:** ocorre quando um indivíduo se encontra em uma situação de crise, além de seu controle, em que seu direito à alimentação não consegue ser exercido. Nesse caso, o Estado tem a obrigação de fornecer diretamente os recursos alimentícios que o cidadão está sendo privado.

Dessa forma, sintetizando o papel do estado na erradicação da forma, devemos entender que o estado é resultado de um consenso de popular, onde deve haver uma organização e mobilização que busque garantir o direito de todos os cidadãos. De uma maneira mais simplista o estado existe para diminuir as diferenças sociais do povo que o elegeu. A segurança alimentar, o acesso a alimento e uma renda básica entram como direitos dos cidadãos, o que enquadram como papel do estado corrigir tais diferenças ou insuficiências.

Os primeiros resquícios de movimentações governamentais, aqui no Brasil, em busca de amenizar questões ligadas a fome foi no governo Fernando Henrique Cardoso onde tivemos a criação do Programa Comunidade Solidária e o Programa Saúde de Família. O Programa Comunidade Solidária tinha como principal ideia o combate a extrema pobreza e contava com ações individuas do governo como Capacitação Solidária, Universidade Solidária, Artesanato Solidário. E assim como a maioria dos programas, tivemos uma participação ativa da sociedade, intitulado como programa da Comunidade Ativa.

Já o programa de Saúde de Família, um pouco mais distante da questão da fome, foi a iniciativa governamental da criação de um sistema único de saúde, que hoje em dia é conhecido como SUS.

Essas primeiras movimentações foram muito bem vistas em contexto internacional, chegando a ser premiadas pela ONU. Eram ações promissoras que se gerenciadas e financiadas com dedicação e persistência ao longo dos anos, certamente trariam resultados mais expressivos. Dessa forma podemos concluir que a principal arma que o estado que para o combate são as politicais públicas, que devem ser direcionadas às variantes que a fome está agregada, como por exemplo, a pobreza, saúde e agricultura.

Papel da Sociedade:

Nessa segunda visão abordaremos como o a sociedade civil ou sociedade, tem desempenhado seu papel na erradicação da fome. Importante primeiro caracterizar os tipos de

iniciativas por esta parte, sendo eles provenientes nas maiorias das vezes de instituições privadas (empresas), organizações sociais ou ações individuais de solidariedade (sociedade local).

Analisando nosso contexto brasileiro, temos significativas iniciativas de projetos sociais partindo de iniciativas populares e do terceiro setor. Dessa forma a sociedade se apresenta de forma organizada, através dos movimentos sociais, ONGs, entidades representativas de classe, sindicatos e igrejas, para o enfrentamento de questões sociais, e que, agora, divide a função de co-gestão administrativa com o Estado.

Fazendo uma reflexão ao momento atual que estamos passando, epidemia do COVID-19 no Brasil, foi notório o aumento iniciativas solidárias por parte das empresas e ações individuais. As iniciativas do terceiro setor somaram 5 bilhões de reais, sendo um terço originados do setor financeiros como instituições Itaú Unibanco, Santander e 15% originados do setor alimentício como Nestlé e Danone. Uma das doações mais significativa que podemos destacar foi a doação de 195 toneladas de alimentos, entre eles sopas, biscoitos, leites, que foram doadas pela Nestlé ao governo de são Paulo, um dos estados mais afetados pela crise.

Como ações individuais podemos destacar inúmeras mobilizações em que se busca prover refeições aos mais necessitados, com bandejões ou com arrecadação e distribuição de sextas básicas. Além de inúmeras doações realizadas e distribuídas por meio de organizações não governamentais.



A imagem acima é conhecida como símbolo do combate a fome na região metropolitana de São Paulo, uma instituição particular que luta contra o desperdício de alimentos e por um acesso universal a comida. Uma iniciativa que tem origem o país de Portugal, mas que atua na cidade de São Paulo recebendo toda a qualidade de géneros alimentares, sobras de empresas e particulares, em muitos casos excedentes de produção da indústria agroalimentar, excedentes agrícolas, da grande distribuição e ainda, produtos de

intervenção da União Europeia. Comprometidos com o melhor direcionamento destes alimentos.

Papel da Sociedade e governo:

A partir de agora analisaremos e exemplificaremos ações em favor da erradicação da forma com a atuação de ambos os agentes anteriormente descritos, o governo e a sociedade. De forma em que o governo tem como função facilitar e incentivar a busca pela diminuição da desigualdade e indisponibilidade de alimentos e a sociedade como peça principal deste processo contra a fome.

Como primeiro exemplo temos logo após a criação Programa Comunidade Solidária por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o surgimento da Ação da Cidadania contra a Miséria, onde houve mobilização social que, em poucos meses, ganhou a adesão de distintos e de diferentes setores da sociedade brasileira. Dentro desse movimento as empresas que o integraram desenvolveram ações de combate à fome e à miséria em uma frente emergencial e de experiências.

Basicamente a frente emergencial foi focado na arrecadação de refeições para os mais pobres, enquanto a frente das experiências liderados pelas empresas focou na capacitação de profissionais. Um movimento onde tivemos 3 principais agentes: governo, sociedade e setor privado.

Ao assumir a presidência do Brasil, no começo de janeiro de 2003, Luiz Inácio da Silva anuncia o combate contra fome no Brasil. Dessa forma foi lançado o programa Fome Zero que tinha como objetivo é promover segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da pobreza. As iniciativas envolvem vários ministérios, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e ainda a sociedade civil organizada. Desde início descrita o intuito da campanha seria trabalhar em conjunto a sociedade e diferentes ministérios, de forma a promover uma maior mobilização pela causa.



Esse é logotipo desenvolvido para o programa, faz uma referência a bandeira nacional como sendo uma mesa com um prato vazio, em alusão ao combate contra a fome. Foi lançado junto ao slogan "Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome". E o desenrolar do programa pode ser divido em duas principais partes a criação do chamado Mutirão contra a Fome, em conjunto a sociedade e a formação do Conselho de Segurança alimentar e Nutricional o CONSEA.

O Conselho de Segurança que tinha como integrantes agentes políticos e ao mesmo tempo agentes da sociedade civil tinham como intuito assessorar o Presidente da República e funcionar em diálogo permanente com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e ao mesmo tempo atuar como instrumento de articulação entre governo e sociedade na discussão e estabelecimento de diretrizes movimento. Uma curiosidade dos integrantes do grupo é predominância de líderes religiosos e de movimentos sociais, o que trazia ainda maior engajamento para a causa.

Mutirão contra a Fome, onde o estado enquanto mentor e coordenador do Programa Fome Zero, atuava para mobilização social em parceira com sociedade. Além da mobilização popular, houve adesão por parte de grandes empresas brasileiras, onde foram criadas 99 relações de parceria que havia benéficos a imagem da empresa por atuar com de maneira solidária no âmbito social no qual está inserida.

CAPÍTULO III - A FOME E AS SOLUÇÕES IMPLEMENTADAS

3.1 - Possíveis Soluções para o Problema: Programa Fome Zero e Bolsa Família

Segundo Takagi, Graziano e Belik (2001), o problema da Fome no Brasil do século XXI está íntimamente ligado a uma insuficiência de demanda efetiva, que inibe a maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria do País. As razões que determinam essa insuficiência da demanda efetiva são a concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego.

Tendo em vista tais agentes exôgenos ao problema da fome, articulações realizadas pelo Governo, Sociedade e Instituições Privadas fazem – se de fundamental relevancia para o enfrentamento da fome no país. Abaixo serão elucidados dois programas recentes que puderam trazer uma melhor condição para aqueleas pessoas que ainda vivem na extrema pobreza no Brasil.

3.1.1 - Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero foi coordenado pelo agrônomo e diretor da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), de 2012 a 2019, José Graziano da Silva. O objetivo principal do programa era garantir o direito humano à alimentação por meio da promoção da Segurança Alimentar, compondo ações e programas articulados pelo Governo Federal da época juntamente com seus estados e municipios.

Com isso, O programa introduziu um novo modelo de desenvolvimento focado na erradicação da fome e na busca de inclusão social por meio de políticas macroeconômicas, sociais e industriais. Isso acelerou o progresso na redução da fome: entre 2000-2002 e 2005-2007, a desnutrição crônica no Brasil diminuiu de mais de 10% para menos de 5%, caindo a uma taxa 2,5 vezes mais rápida do que na década anterior. Com isso, o Brasil cumpriu os objetivos da Cúpula Mundial da Alimentação e o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

O Programa fome zero elenca uma serie de políticas públicas que seiam necessárias para combater decisivamente a fome, tais políticas são dividiadas pelos seguintes grupos:

1) Políticas Estruturais

- Programas de qualificação e assistência para faixas etárias com maior índice de desemprego (jovens e com mais de 40 anos);
- Crédito popular (por organismos oficiais e incentivando cooperativas de crédito solidário/ bancos do povo);
- Recuperação/ incremento do ensino público;
- política habitacional popular como forma de gerar empregos e alavancar o crescimento económico;
- Reforma agrária (com meta de 1 milhão de famílias);
- Universalização da previdência social, visando extender benefício de 1 salário mínimo para trabalhadores urbanos em regime de economia familiar/ informal, conforme já acontece no meio rural;
- Programas de bolsa-escola/ renda mínima;
- Incentivo à agricultura familiar, com assistência técnica, crédito e apoio à comercialização (potencial de pelo menos 3 milhões de propriedades com capacidade ociosa).

2) Políticas Específicas

- Estoques públicos de segurança regionalizados e com finalidade de evitar importação de produtos básicos;
- Combate à desnutrição materno-infantil;

- Ampliação da merenda escolar;
- Campanhas de educação alimentar;
- Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3) Políticas Locais (Prefeituras/Sociedade Civil)

- Banco de alimentos;
- Parcerias com redes de supermercados;
- Incentivos a agricultura urbana/ auto-consumo;
- Restaurantes populares;
- Modernização dos equipamentos de abastecimento.

3.1.2 - Bolsa Família

O Bolsa Família foi criado 2003 através de um esforço de unificar alguns dos programas já existentes de transferência de renda focalizados nos pobres, que foram criados em meados da década de noventa. Trata – se de um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, cerca de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo programa.

Em suma, o programa possui três eixos principais:

- 1. Complemento de Renda, que acaba por garantir o alívio mais imediato da pobreza;
- 2. Acesso a Direitos, através de condições que são oferecidas as futuras gerações ao quebrarem o ciclo da pobreza por conta da incluso que o programa oferece a elas;
- Articulações com demais ações com a finalidade de estimular o desenvolvimento das famílias.

Vale ressaltar que a gestão realizada pelo Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito federal e os municipios possuem atribuições em sua execução. Em nivel federal, o Ministério da Cidadania é o responsável pelo programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos.

3.1.3 - Condicionalidades do Programa

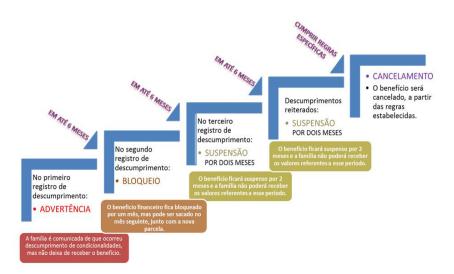
Através de informações contidas no Cadastro Único e do Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), o Sistema de Condicionalidades (Sicon) gera o público com perfil para o acompanhamento das condicionalidades. Em seguida, o Ministério da Cidadania envia para o Ministério de Educação (MEC) e para o Ministério da Saúde (MS) as listas com o público a ser acompanhado nas respectivas áreas.

As famílias com renda de até três salários mínimos ou renda per capita de até meio salario mínimo tem o direito de se cadastrarem no CadÚnico. Já o Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobrez, assim é utilizado um limite de renda para definir dois patamares, fazendo parte do programa:

- Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Contudo, quando uma família descumpre os compromissos do Bolsa Família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Tais efeitos são gradativos e variam conforme o histórico de descumprimento da família, registrado no Sicon. No Sicon, o gestor municipal tem acesso a todos os descumprimentos e repercussões sobre o beneficio de determinada família.

Os efeitos de descumprimento ocorrem da seguinte maneira:



As famílias que descumprirem o programa serão notificadas pelo Ministério da Cidadania, através de cartas e mensagens no extrato de pagamento e serão recomendadas que procurem a gestão do PBF no municipio, em caso de dúvidas.

Benefícios

Os valores e os tipos de benefícios que cada família recebe dependem, básicamente, da composição e da renda da família beneficiária, como por exemplo quantidade de pessoas, idades, presença de gestantes etc.

* Renda Brasil

Recentemente, o atual governo do então Presidente, Jair Messias Bolsonaro, anunciou que pode substituir o programa Bolsa Família pelo novo programa chamado Programa Renda Brasil, que não somente substituirá o bolsa família mas também poderá inuficar demais programas sociais.

Ainda não existe uma proposta final do novo programa mas ele irá incluir o Bolsa família, auxílio – emergencial, abono salarial (PIS), seguro-defeso e a farmacia popular. O programa será definido após a concessão do auxílio emergencial.

As expectativas do governo é de que cerca de 31 milhões de cidadãos sejam beneficiados pelo Renda Brasil, incluido 20 milhões de pessoas que recebem o Auxílio Emergencial pelo Bolsa Família e mais 11 milhões qe foram incluídos recentemente para ter direito ao beneficio. O programa pagará um valor entre R\$ 200 a R\$ 300 aos beneficiários, com isso terá uma abrangência superior ao então bolsa família que paga aos beneficiários um valor que varia entre R\$ 89 a R\$ 205 para famílias com crianças ou adolescentes na escola.

3.2 - Apoio de empresas Privadas afim de combater a fome

3.2.1 - Responsabilidade empresarial na erradicação da fome

A empresa socialmente responsável deve buscar o aprimoramento constante de suas relações com todos que participam de suas atividades ou são impactados por elas. Assim, o relacionamento da empresa com a sociedade, ainda que indireto, tem é de extrema importância. A sustentabilidade econômica e social pode ser construída por meio de relações éticas das empresas com os diversos agentes econômicos e todos os agentes sociais que estão nesse ecossistema.

Do mesmo modo que é fundamental para as empresas acompanhar os índices e previsões econômicas, é importante não fechar os olhos para a situação que o Brasil está vivendo atualmente em tempos de pandemia.

O papel da ONU é essencialmente promover a cooperação entre nações, tanto em tempos de crise, como em tempos de paz. Em 2015 ela estabeleceu três super metas para os próximos 15 anos:

- 1 Erradicar a pobreza extrema
- 2 Combater a desigualdade e a injustiça
- 3 Corrigir as mudanças globais

Diversas empresas abraçaram as três super metas da ONU e trabalham diariamente para construir não só uma companhia melhor, como um mundo e um futuro melhor para as próximas gerações. A Microsoft é uma das maiores empresas de software do mundo, mas nem

todo mundo sabe sobre suas ações para diminuir sua pegada ecológica no planeta. Além da energia usada em seus data centers virem de fontes limpas, seus produtos são livres de substâncias que prejudicam a camada de ozônio.

A Unilever é uma multinacional que abrange mais de 400 marcas, que podem ser encontradas no mundo inteiro. A organização foca o seu trabalho sustentável em três pilares:

- 1 Melhorar a saúde e o bem-estar
- 2 Reduzir o impacto ambiental
- 3 Melhoria de condições de vida.

Cada marca atua de uma maneira diferente, porém com o mesmo objetivo: impactar a sociedade de uma maneira positiva, seja na preservação da saúde de seus funcionários, ou para o bem-estar do mundo.

O Grupo Votorantim sempre prezou pela sustentabilidade do meio ambiente e da sociedade. Uma maneira que a organização encontrou para lidar diretamente com isso foi criando o Instituto Votorantim e o Legado das Águas. O foco do Instituto é se certificar através de investimentos e programas, que a presença da empresa em diversas comunidades traga uma melhoria na qualidade de vida desses núcleos.

Já com o Legado das Águas — Reserva Votorantim, a organização mantém uma das maiores reservas de Mata-Atlântica remanescentes — com uma extensão aproximadamente da cidade de Curitiba — no Brasil conservada, além de ter um Plano de Gestão para a sua conservação, a Reserva ministra cursos e workshops abertos ao público centrados em conservação do meio ambiente.

A Suzano é uma empresa que tem papel e celulose em seu DNA, por isso conservação e sustentabilidade sempre foi uma causa muito importante para a empresa. Suas árvores são cultivadas de maneira sustentável, e seu plantio é intercalado com áreas de preservação, formando corredores ecológicos e não prejudicando a fauna e flora do local. A organização também é a principal mantenedora do Instituto Ecofuturo, um órgão que articula a conversa entre sociedade civil, poder público e o setor privado para promover ações e programas que incentivem o fortalecimento da leitura, escrita e conservação do meio ambiente.

No cenário pandêmico que o pais se encontra atualmente, tivemos diversas empresas, tanto do setor público, quanto privado, que se conscientizaram e decidiram fazer doações para o combate a fome dos mais necessitados. Entre as iniciativas estão doação em dinheiro para fundos ligados ao Sistema Único de Saúde, compra de equipamentos, suprimentos básicos, testes rápidos, cestas básicas, álcool gel e outros itens de higiene básica.

A XP Inc. lançou a plataforma "Juntos Transformamos" para reunir doações visando à compra de cestas básicas, que serão repassadas para famílias em situação de vulnerabilidade social. A companhia doou R\$ 25 milhões para compra dos insumos, que devem ajudar 100 mil famílias e serão distribuídas, inicialmente, com o auxílio das ONGs Gerando Falcões, Amigos do Bem e Visão Mundial.

"Com essa crise, muitas pessoas já não têm mais o que comer. Não podemos nos omitir e temos que sensibilizar o máximo de pessoas possível", afirmou Guilherme Benchimol, CEO do grupo

O maior Banco de Investimentos da América Latina (BTG Pactual) publicou recentemente em sua rede social (Linkedin) oficial, alguns números da campanha que criaram visando ajudar no combate a fome, saúde pública e a sociedade como um todo.



A Nestlé está doando mais de 500 toneladas de comidas e bebidas, além de alimentos para animais de estimação, para "ajudar a suprir as necessidades" dos brasileiros em meio ao isolamento e à crise do coronavírus. São cerca de 2,4 milhões de copos de leite e o equivalente a 1 milhão de pratos de refeição. Em nota, a empresa afirmou que serão doados principalmente leites, sopas, biscoitos e cafés. Outras 24 toneladas de alimentos serão doadas a famílias ligadas a cooperativas de reciclagem em São Paulo e nas cidades próximas à capital paulista.

A América Latina foi fortemente afetada pela pandemia do novo coronavírus, e a marca deve ultrapassar este ano a marca de 83 milhões de pessoas na pobreza extrema. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) propõem, além de uma renda básica de emergência para as pessoas pobres, um auxílio contra a fome para todos aqueles que vivem nesta situação, como medidas de erradicação da fome. A proposta, visa evitar que a crise sanitária se transforme em crise alimentar. Nos últimos meses, os países da América Latina vêm registrando um aumento no número de pessoas abaixo da linha da pobreza e uma redução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. As estimativas mostram que a região deve terminar 2020 com 215 milhões de pessoas na pobreza e mais de 83 milhões na extrema pobreza, de acordo com estudo da FAO.

O auxílio contra a fome proposto pelos organismos seria entregue durante seis meses. O custo desse benefício seria de 0,45% do PIB regional se fosse direcionado a todos os mais de 83 milhões de pessoas em pobreza extrema. Ou seja, seriam disponibilizados, de acordo com a Cepal, US\$ 23,5 bilhões, que seriam pagos em parcelas de US\$ 47 (valores de 2010). Caso o auxílio fosse direcionado apenas às pessoas com mais de 65 anos, o custo seria de 0,06% do PIB, ou seja, US\$ 2,9 bilhões.

3.3 - Visão para os próximos 10 anos: Fome x População Brasileira

Iremos transpor a visão que temos e pesquisamos em cima de 4 pontos que estão diretamente e indiretamente ligados a fome. Sendo eles "Impactos dessa tendência política e social do extrema-direita", "Impactos da pandemia e da crise económica", "Outros impactos da pandemia" e "Renda Básica".

3.3.1 - Impactos dessa tendência política e social do extrema-direita

Dentro das diferentes correntes ideológicas de direita e esquerda temos visões diferentes e crenças políticas, principalmente no que diz respeito à economia. Ainda existem posicionamentos intermediários, como o centro, centro-direita e centro-esquerda. Mas para além da direita e da esquerda também existem os pensamentos radicais em relação às duas correntes de pensamento, que seriam a extrema direita e a extrema esquerda.

Como o próprio nome propõem a extrema direita representa posicionamentos extremos do aspecto político de direita. Ela está representada por movimentos independentes e partidos políticos com posicionamentos radicais, geralmente relacionados ao nacionalismo, de forma a vangloriar aspectos históricos preconceituosos, egoístas e xenofóbicos. Podemos exemplificar com os governos atuais de Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. Em outros

países como Alemanha, França e Holanda esses partidos/movimentos não forma vitoriosos nestas eleições, mas ganharam força.

Dessa forma temos toda uma tendência de que grandes líderes mundiais e nações estejam, assim como já estão, alinhados aos princípios do ultraconservadorismo, forte nacionalismo e extremismo provenientes do movimento de extrema direita. Princípios e ideologia que estão ligados a uma insatisfação da situação econômica do país e que por fim visam apenas se privilegiar economicamente a si próprio, o que deverá resultar em um aumento da desigualdade e por consequência aumento da fome.

No caso do Brasil, como sabemos temos como presidente da república Jair Messias Bolsonaro, mais um representante da extrema-direita. Dentre os demais líderes da extrema direita, Bolsonaro se destaca por maior ignorância intelectual e discursos que ferem a democracia do país. Dentro do país já existe mobilizações contra o Supremo Tribunal Federal e a favor uma ditadura, por mais que parta de uma minoria da população, isso se torna um contexto ainda mais favorável para medidas autoritárias e que visem benefícios dos mais ricos.

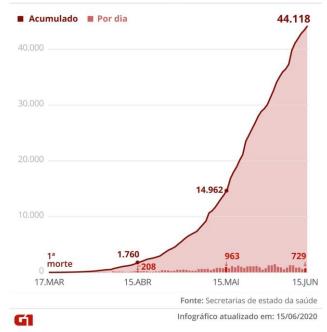
Bolsonaro já se declarou contra o programa Bolsa Família, inclusive no começo de Julho de 2020 cortou aproximadamente 83 milhões de reais do programa para utilização do dinheiro em publicidade. Quando questionado a respeito da prorrogação do auxílio emergencial, Bolsonaro disse que vetaria caso fosse aprovado. Indícios de que não apenas ideologicamente, mas também na prática o governo não priorizará o direito como cidadão a ter acesso ao básico, alimento.

Junto a todo esse movimento, temos um modo de pensar tóxico que é espalhado junto ao discurso de ódio do presidente. Esse pensamento consiste em uma espécie de vitimização estado frente a população que passa necessidade, de forma onde essas pessoas estão se aproveitando da "boa vontade" do estado e vivendo às custas dele. Esse discurso pode ser escutado com diferentes representações da população, normalmente negros, LGBT, mulheres, "comunistas" e nordestinos.

3.3.2 - Impactos da pandemia e da crise econômica







A pandemia de COVID-19 no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020, após a confirmação de que um homem de 61 anos de São Paulo . Desde então, em 30 de junho de 2020, confirmaram-se 1 368 195 casos, causando 58 314 mortes. No gráfico acima temos os números até o dia 15/jun e podemos observar que seguimos na casa de 1000 mortes por dia, fazendo uma simples projeção, seguindo nesse ritmo chegaríamos ao final do ano com pelo menos 200 mil mortos pelo COVID-19. Além das vidas perdidas, devemos imaginar casos onde uma mãe ou pai que sustenta a casa morrendo por conta do vírus, qual futuro teria essa família?

Angel Gurría, secretário-geral da entidade, afirmou que o choque econômico já é maior do que até mesmo a crise financeira de 2008. Para ele soa muito otimista um crescimento global previsto para este ano de 1,5%.

De acordo com o Instituto Fiscal Independente os impactos da pandemia aqui no Brasil poderão ser sentidos e observados pelos próximos 10 anos pela população. A queda do PIB nesse ano deve chegar a 7 %, mas isso é apenas o começo, pois o endividamento público está tão alto que deverá ultrapassar o valor de todos os bens e serviços produzidos em 10 anos. A instituição calcula que o novo déficit para o setor público consolidado, projeta-se déficit de R\$ 549,1 bilhões.

Devemos destacar os efeitos da pandemia dentro da comunidade mais pobre aqui no país, que está por sua maioria localizada nas favelas. Esse ambiente que favorece a proliferação do vírus, devido à alta densidade e falta de saneamento básico. Dessa forma deverão haver maiores números de caso e ainda maior de mortes devido à falta de estrutura de saúde para essa população.

Além disso devemos destacar que o desemprego gerado pela pandemia em sua maioria foi concentrado nas classes mais baixas, ou seja, será mais um fator agravador da desigualdade social do país. E como sabemos a desigualdade social está diretamente relacionado a fome.

Diante a esse cenário de recessão econômica e aumento do desemprego podemos estar diante de uma "pandemia de fome", O impacto econômico da pandemia pode provocar uma "catástrofe humanitária", dobrando o número de pessoas que sofrem com a fome no mundo, para 265 milhões este ano, advertiu o Programa Mundial de Alimentação da ONU.

3.3.2.1 - Outros impactos da pandemia

Em tempos difíceis como o qual estamos passando devemos também destacar os poucos lados positivos os quais estamos presenciando. Em total contrapartida do movimento de extrema-direita e o seu egoísmo embutido, temos um aumento de pessoas realizando boas ações e ainda tivemos um primeiro contato com o que talvez um dia possamos chamar de renda básica.

Combate à corona vírus tem estimulado empatia e atividades para ajudar quem precisa enfrentar problemas gerados pela doença e pelo isolamento social. Seja para ajudar as pessoas em grupos de risco, suavizar as dificuldades do isolamento ou contribuir com os profissionais que estão na linha de frente do combate à Covid-19, os gestos de amparo e caridade que fazem a diferença para uma parcela da população.

Podemos citar casos que saíram em veículos de comunicação como é o caso do médico André Ricardo que mora em Recife e teve a iniciativa de se dispor a examinar todos que estivessem com algum sintoma em seu prédio. Ou até mesmo o grupo de crianças catarinenses que se mobilizaram a quebrar seus cofrinhos para ajudar na vaquinha online da menina Laura, que sofre de Amiotrofia Muscular Espinhal.

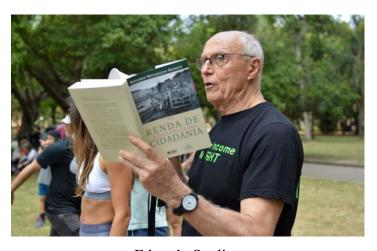
Assim como a maioria das pessoas, tenho contato com pelo menos uma pessoa que se mobiliza ou passou a se mobilizar para realizar atos de solidariedade. Gostaria também de compartilhar mobilizações do meu ciclo de convivência, que são pelo menos 3 pessoas que nunca antes haviam se mobilizado para realizar atos de caridade. Se trata de dois projetos

ligados e um ao acesso a livros. Tenho um familiar que está se dispondo a cozinhar dia sim, dia não mais de 50 refeições para moradores de rua e necessitados, faz isso arrecadando doações para comprar os ingredientes. Minha irmã mais nova com suas amigas, arrecadaram e distribuíram mais de 50 cestas básicas para família necessitadas no interior de São Paulo. E por fim, o projeto águia 019, que tem por finalidade arrecadação de livros e a distribuição para famílias com pouco acesso.

Renda básica

Devido a pandemia do COVID-19, o governo brasileiro adotou uma política de renda básica, mais específicamente o auxilio emergencial: "O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19."

Vivendo essa experiência que estamos passando com o auxílio emergencial, o trouxe novamente átona a discussão do estabelecimento de uma renda básica universal, inicialmente defendida por Tomas Moore (1478-1535) e nos dias de hoje tenho como maior defensor o exsenador Eduardo Suplicy.



Eduardo Suplicy

A crise econômica advinda da pandemia do novo corona vírus deu a deixa para que um assunto antigo dominasse as discussões entre economistas e ganhasse fôlego em Brasília. Trata-se da implementação de um programa de renda básica que atinja toda a população, independentemente da faixa salarial. Segundo seus defensores, esse é um poderoso mecanismo de combate à desigualdades, para outros é um gasto inepagável.

Os argumentos que sustentam a renda básica variam desde o fim da pobreza até uma melhoria da educação, redução do êxodo rural, movimentação da economia de e também menores desigualdades regionais. A renda básica permite ainda lutar contra o desemprego e melhorar a flexibilidade do mercado de trabalho, impedindo as armadilhas de pobreza criadas por medidas como rendimento mínimo ou imposto de renda negativo.

CONCLUSÃO

A elaboração desse trabalho foi de suma importância, tanto pessoal quanto profissional para todos os integrantes do grupo. No capítulo 1 foi realizada uma análise macro da fome ao redor do mundo. Ao longo do capitulo 2, destrinchamos o cenário brasileiro atual em relação a esse grande problema e, no final, trouxemos algumas sugestões de programas e iniciativas que podem ajudar a combater esse mal.

Na nossa opinião, o problema da fome no Brasil neste início do século XXI está relacionado com uma insuficiência de demanda efetiva, que inibe a maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria do País. As razões que determinam essa insuficiência podem ser: concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento da agricultura, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego nos setores pecuarios, rurais e agrícolas.

Forma-se, assim, verdadeiro ciclo vicioso e acumulativo, causador em última instância do aumento da fome no País, qual seja, desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos.

Para romper esse ciclo perverso, é preciso a intervenção do Estado com um autêntico programa de combate a fome, de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias.

São necessários diversos mecanismos, alguns emergenciais, outros permanentes no sentido de: baratear o acesso à alimentação para a população de mais baixa renda, em situação de vulnerabilidade à fome; incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, mesmo que seja através do autoconsumo e/ou da produção de subsistência; e, finalmente, incluir as famílias através do aumento da renda, da universalização dos direitos sociais e do fornecimento de direitos de compra de alimentos, dado que o acesso à alimentação básica é direito inalienável de qualquer ser humano.

REFERÊNCIAS

- [1] BELIk W. Segurança alimentar: a contribuição das universidades. In: Weingrill C, coordenadora; Gonçalves BS, Silva LF, Itacarambi P, colaboradores. São Paulo: Instituto Ethos; 2003.
- [2] ROCHA, S. "Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?", set. 2000, mimeo.
- [3] TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. "Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil". *Texto para discussão*, n.101. Campinas, IE/Unicamp, 2001.
- [4] https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza
- [5] http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/fome-no-brasil-um-problema-grave
- [6] https://www.politize.com.br/fome-no-mundo-causas-e-consequencias/
- [7] https://www.scielosp.org/article/csc/2017.v22n2/637-651/
- [8] http://www.fao.org/publications/sofi/es/ (Versões de 2018 e 2019)
- [9]

https://www.researchgate.net/profile/Rosana_Magalhaes2/publication/237470975_Obesida de_no_Brasil_Tendencias_atuais/links/0c960525d8e0ccb6fc000000/Obesidade-no-Brasil-Tendencias-atuais.pdf

[10]

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/04/21/interna_internacional,1140 766/paralisia-economica-mundial-pode-provocar-pandemia-de-fome.shtml

- [11] https://www.brasildefatope.com.br/2018/08/01/fome-volta-a-crescer-no-brasil-e-ameaca-o-nordeste
- [12]https://nacoesunidas.org/nordeste-brasileiro-esta-entre-territorios-esquecidos-e-invisiveis-da-america-latina-e-caribe-diz-fao/
- [13] https://www.politize.com.br/fome-no-mundo-como-ser-solucionada/
- [14]https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/11/para-combater-a-fome-nao-bastam-so-politicas-publicas-a-sociedade-civil-precisa-agir/
- [15] https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400013
- [16]https://www.folhape.com.br/economia/cepal-e-fao-propoem-auxilio-contra-a-fome-na-america-latina-e-caribe/144144/
- [17]https://www.folhape.com.br/economia/cepal-e-fao-propoem-auxilio-contra-a-fome-na-america-latina-e-caribe/144144/
- [18] https://www.linkedin.com/company/btgpactual/
- [19] https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/15/brasil-tem-44118-mortes-por-coronavirus-aponta-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-729-nas-ultimas-24-horas.ghtml
- [20] https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio